

# A IMPORTÂNCIA DA REVALORIZAÇÃO DOS TEXTOS ESCOLARES E DOS LIVROS DE LITERATURA INFANTIL PARA A REFORMA EDUCACIONAL PROPOSTA POR FERNANDO DE AZEVEDO

Rosely Gonçalves de Oliveira <sup>1</sup>  
Silvia Helena Andrade de Brito <sup>2</sup>

## RESUMO

O objeto deste artigo é a proposta de Fernando de Azevedo (1894-1974) para a renovação cultural da escola pública a partir da revalorização do texto escolar e, principalmente, dos livros de literatura infantil (livros infantis), dentro do que Gilberto Luiz Alves denominou de organização do trabalho didático. Neste sentido, pretende-se refletir sobre o texto escolar e outros elementos – literatura infantil – primordiais para estabelecer a chamada relação educativa dentro da organização do trabalho didático. Para tanto, os objetivos deste trabalho são: a) apresentar as propostas azevedianas sobre os elementos acima destacados; b) analisar essas propostas, tendo como parâmetro o momento histórico que se passa entre as décadas de 1920 e 1970. Para atingir tais objetivos, valemo-nos das obras de Fernando de Azevedo como fontes primárias e dos textos de Gilberto Luiz Alves como base teórica, além de outros livros e pesquisas científicas que discorrem sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Organização do Trabalho Didático, Fernando de Azevedo, Texto Escolar, Literatura Infantil.

## INTRODUÇÃO

O movimento escolanovista, presente em vários países europeus e na América do Norte na primeira metade do século XX, desenvolveu-se no Brasil, mediante forte impacto das transformações políticas, econômicas e sociais, propondo uma educação mais condizente com o momento histórico, ou seja, em compasso com o mundo das ciências e da tecnologia, que foram o marco inovador da época.

Dessa forma, Fernando de Azevedo (1894-1974), elaborou algumas propostas para a reforma da educação brasileira que seriam: extensão da escola a todas as crianças em idade escolar; articulação de os vários níveis de ensino e por fim, a adaptação da escola ao meio, onde

---

<sup>1</sup>Mestranda do PPGeDU da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MS; rose\_oliveira\_2010@hotmail.com;

<sup>2</sup> Professora e pesquisadora do Curso de Ciências Sociais (FACH) e do Programa de Pós-Graduação em Educação/FAED/UFMS, silvia.brito@ufms.br.

caberia à escola urbana dar mais atenção ao processo de urbanização e à escola rural às atividades agrícolas.

Com o objetivo de organizar o que Alves (2012) denomina de trabalho didático e com vistas a atender a demanda crescente de alunos naquele momento histórico, Azevedo projeta a sua reforma, envolvendo tanto a relação educativa, quanto a utilização de novos materiais didáticos e edificações escolares adequadas às mudanças que ele propunha. Com isso, se estabeleceria uma organização do trabalho didático diferenciada, que envolveria, nas palavras de Azevedo (1945), “a reorganização radical de todo aparelho escolar” e a mediação dos recursos didáticos que abarcaria tanto os planos e programas, como os textos escolares<sup>3</sup> e outros recursos didáticos (instrumentos de trabalho) e, por fim, o espaço físico.

Diante disso, o presente trabalho visa discutir, dentro da proposta azevediana para a escola pública, a mediação de recursos didáticos dentro da organização do trabalho didático, com ênfase no que Azevedo denomina livro escolar e o papel da literatura infantil para a educação primária.

Partindo do objetivo geral acima apresentado, este trabalho visa responder a duas questões, tratadas aqui como objetivos específicos: a) Dentro da relação educativa, qual a importância do texto escolar e da literatura infantil para Fernando de Azevedo?; e b) quais as contribuições destes recursos para a educação primária, dentro da perspectiva escolanovista de Fernando de Azevedo?

## **METODOLOGIA**

Levantamento bibliográfico, seguido do fichamento e da análise de obras que tratam das categorias: trabalho, trabalho didático e organização do trabalho didático, que são: A produção da escola pública contemporânea – resultado da pesquisa realizada para os estudos de pós-doutorado de Gilberto Luiz Alves e que tem como objetivo principal aprofundar a análise do processo material de produção da escola pública – e do livro: O Trabalho Didático na Escola Moderna: formas históricas, cujo tema principal é o movimento histórico em torno da organização da escola moderna, antes e após a elaboração da Didáctica Magna, de Comenius.

---

<sup>3</sup> Texto escolar é o nome dado por Liliberto Luiz Alves para as obras que assumem, na educação escolar, o papel de instrumento de trabalho do educador. Incluem tanto os textos clássicos, utilizados no período medieval; como as partes de textos clássicos, reunidos para a escolarização nos colégios jesuíticos. Estas últimas não eram ainda, contudo, textos escolares produzidos para a educação escolar. Os textos escolares especializados, isto é, obras produzidas especialmente para a escolarização, só foram propostos por Comenius, no século XVII; mas esse tipo de texto escolar especializado, o manual didático, só se generalizou com a expansão e institucionalização da educação escolar, a partir do final do século XIX (ALVES, 2015).

Além dos textos acima, foram lidos outros dois trabalhos do mesmo autor, a saber: Organização do trabalho didático: questão conceitual, que traz, segundo o próprio autor, uma contribuição para difundir a precisa acepção conferida à organização do trabalho didático e a distinção entre essa categoria de análise e os significados que lhes são atribuídos; e, Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos, que abarca, em forma de livro, os resultados do projeto de pesquisa centrado nos instrumentos de trabalho didático para o ensino secundário no Brasil, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Em seguida, realizou-se a coleta de dados empíricos, a partir da leitura e fichamento de duas obras de Fernando de Azevedo: A educação e seus problemas [Tomos I e II], que é a compilação de vários discursos e conferências realizadas entre os anos de 1921 e 1936 e Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil, que reúne as propostas do educador bem como suas reflexões para a reforma que empreendeu no Distrito Federal, quando foi Diretor da Instrução Pública da capital da República, entre os anos de 1927 e 1930, além de outros estudos acerca das propostas azevedianas.

## **Trabalho didático e organização do trabalho didático**

Para Marx, o trabalho é uma dimensão ineliminável da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como o permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade. (LUCKÁCS, 1981, p.12, apud OLIVEIRA, 2010, p. 75).

Diante disso e de acordo com as palavras de Alves (2005, p.10), por se tratar de uma produção humana, a educação se dá também por meio do trabalho. Sendo assim, entende-se que o trabalho didático é uma “[...] categoria subordinada [em relação à categoria trabalho], desde o momento em que é produzida no campo da educação”.

Por se constituir dentre outras categorias, quais sejam trabalho e organização técnica do trabalho, a organização do trabalho didático é de fundamental importância para o estudo das relações educativas, pois permite que as discussões acerca da escola se façam com mais propriedade, já que os elementos que a constituem estão presentes em todas as sociedades e que, portanto, transformam-se em cada uma delas.

Gilberto Luiz Alves, em seu livro O trabalho didático na escola moderna: formas históricas, aponta três aspectos para a organização do trabalho didático:

- a) ela é, sempre, uma relação educativa que coloca, frente a frente, uma forma histórica de educador, de um lado, e uma forma histórica de educando(s), de outro;
- b) realiza-se com a mediação de recursos didáticos, envolvendo os procedimentos técnico-pedagógicos do educador, as tecnologias educacionais pertinentes e os conteúdos programados para servir ao processo de transmissão do conhecimento;
- c) e implica um espaço físico com características peculiares, onde ocorre. (ALVES, 2005, p. 10-11, grifos do autor).

Ainda segundo o autor, cada época produz uma forma de relação educativa, ou seja, uma forma de educando e uma forma de educador, ocasionando recursos didáticos e espaços físicos pertinentes a cada período histórico. De acordo com Alves (2005),

Desde o surgimento dos primeiros estabelecimentos de educação sistemática, vigorou, dentro deles, alguma forma de organização do trabalho didático [...]. [...] Logo, cada uma delas só pode ser captada concretamente quando referida à forma social que determinou o seu aparecimento, como decorrência de necessidades educacionais dos homens. (ALVES, 2005. p. 17).

Alves ainda pondera que até a época feudal a relação entre educador e educando era de “natureza individual”, pois a relação educativa estabelecida era assistemática, já que envolvia o educador de um lado, e o educando, de outro.

Já na sociedade feudal, o educador ganhou o título de mestre, por dominar tanto a teoria quanto a prática daquilo que ensinava, sendo “o senhor dos segredos de seu ofício” (ALVES, 2005, p. 18), já que tinha total domínio das etapas e de todo o conhecimento a ser transmitido nas várias atividades educativas. Essa forma como era organização do trabalho didático estava atrelada à organização do trabalho artesanal.

É na escola moderna, no século XVII, que João Amós Comênio (1592-1670) apresenta em seu livro “Didáctica Magna” uma nova proposta de organização do trabalho didático, com vistas a atender a sociedade capitalista que se formava naquele momento da história.

## **A organização do trabalho didático para Fernando de Azevedo**

Com as transformações pelas quais o mundo moderno atravessava e com o processo de industrialização se consolidando no Brasil, na primeira metade do século XX, alguns seguimentos da sociedade começaram a se organizar e a cobrar por melhores condições de vida, incluindo uma educação diferente da ofertada naquele momento da história.

Fernando de Azevedo, por acreditar que uma nova sociedade implicaria em reformar a educação brasileira, inicia a discussão sobre a importância de se aparelhar a escola com bibliotecas, museus, laboratórios e outros instrumentos de trabalho, preocupando-se também

com um conjunto de questões ligadas à formação do professor, estabelecendo, dessa forma, uma relação direta entre educação e transformação social.

Os rumos tomados pelas discussões levantadas pelo educador o levam a elencar três princípios básicos para a reforma educacional: primeiro, a extensão da rede de educação popular a todas as crianças em idade escolar, com a construção de escolas primárias por todos os cantos do Brasil. Em segundo, a articulação dos três níveis de ensino (primário, secundário, incluindo o técnico-profissional e normal e ensino superior), de forma gratuita, inclusive para o nível superior.

Além disso, defende a seleção dos que mais se sobressaíssem para “cursos e conferências” (meritocracia), com o intuito de arrebataram indivíduos das camadas da população com menor poder aquisitivo, como forma de dilatar o que Azevedo (1937, p. 179) chamava de “raio de ação cultural aos grupos diversos e a todas as camadas sociais”. Para tal, a educação seria fundamental, por propiciar a todos as mesmas oportunidades de desenvolverem-se.

E como terceiro princípio da reforma proposta pelo educador tem-se a adaptação da escola ao meio (rural, urbano e marítimo, para as cidades litorâneas), à maneira de “missões culturais aos campos, às vilas e aos sertões”, de acordo com Azevedo (1937). No entanto, o educador afirma em entrevista concedida ao seminário político “Diretrizes”:

Dir-se-á que a escola deve adaptar-se ao meio. Entendamo-nos. A organização da educação primária deve ser bastante flexível para permitir às escolas se adaptarem, na sua estrutura e nos seus meios de trabalho, às particularidades de regiões muito diferentes. A escola, porém, não tem por tarefa sobretudo “adaptar ao meio”, mas freqüentemente de premunir, de fortificar contra êle, de preparar homens que sejam capazes de reagir contra êle e de modificá-lo, de remediar os seus defeitos, dando ao povo uma cultura que permita suprir o que falta ao seu gênio e de revelar-lhe, renovando-o conforme as épocas, o sentido do seu destino. (AZEVEDO, 1945, p. 183-grifos do autor).

A escola seria então um local onde se reproduzem as relações de solidariedade e do espírito comum à maneira de uma sociedade em miniatura, preparando o indivíduo para a sua inserção no mercado de trabalho, nas relações sociais e no âmbito político. Já em acordo com as ideias básicas da Educação Nova, o ensino, para Azevedo, deveria ser voltado mais para a reflexão e o raciocínio do que para o simples acúmulo de noções básicas de cada disciplina ofertada.

Segundo Alves (2005, p.11), “uma forma histórica do trabalho didático é o pressuposto da relação educativa correspondente ao seu tempo”. Em cada momento histórico, portanto, são construídos um perfil de educador e um perfil de educando e, conseqüentemente a isso, estabelecem-se os recursos didáticos e o espaço físico que lhes são pertinentes.

Alves (2005) afirma que, além das relações educativas, os recursos didáticos também sofrem variação com o tempo. Antes, uma lousa individual era utilizada, em um momento em que a relação educativa se dava entre preceptor e aluno. Já a partir do século XIX, para facilitar o ensino coletivo, a lousa individual foi substituída por um quadro verde em toda a extensão da parede frontal da sala de aula, que permanece até os dias atuais na maioria das instituições de ensino.

No que tange à educação da primeira metade do século XX no Brasil, Fernando de Azevedo salienta que esta deveria caminhar ao lado do pensamento filosófico de cada época e não poderia deixar de reagir veementemente contra a estrutura ultrapassada do serviço educacional do período em questão. Para ele,

A escola, como instituição social, que é, varia em função das formas sociais, isto é, segundo o grau de desenvolvimento, as necessidades e as exigências de cada sociedade. É impossível fixar, na educação, o ideal comum, que ela deve procurar e, segundo o qual se devem modelar os indivíduos, sem compreendermos o espírito da civilização, nas suas grandes diretrizes e nas suas tendências profundas. (AZEVEDO, 1932, p. 17).

Sendo assim, o educador defende que a escola pública deveria se adequar às necessidades da população brasileira, e já que o aluno deveria ser preparado para a sua inserção junto à sociedade, far-se-ia necessário que os professores exercessem uma função especializada, conscientes de que não são “donos” do conhecimento. Portanto,

[...] a Escola Nova “se propõe a ensinar a viver em sociedade e a trabalhar em cooperação”, com o incentivo ao trabalho coletivo e à divisão de responsabilidades. Além disso, o aluno, a partir dos ideais escolanovistas, “observa, experimenta, projeta e executa” enquanto o professor estimula sua consciência, orienta e colabora, conduzindo-o em suas investigações e experiências. Essa nova relação educativa proposta por Azevedo, baseada numa experiência coletiva de trabalho, orientada por um profissional especialmente formado para tal, deveria atender às funções sociais propostas para a escola naquele momento: formar o homem para o trabalho urbano e industrial. (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2017, p. 100).

Dessa forma, o trabalho do professor seria adequar os ambientes para que as crianças pudessem ser estimuladas a fazer reflexões e análises daquilo que já trazem consigo, bem como mediar e orientar novos ensinamentos, de forma que despertasse e desenvolvesse na criança, “o sentido da vida econômica, o culto do trabalho, da máquina e da ciência”, mas que acima de tudo proporcionasse “os meios indispensáveis à criação e ao gozo de ideais e de valores da cultura” (AZEVEDO, 1932, p. 20).

Tais afirmações ressaltam a importância da formação do profissional do magistério para o educador, pois o mesmo defendia que o professor com boa formação propedêutica e profissional, teria maior importância do que instalações e organização adequadas para receber os alunos.

Em um discurso proferido em conferência na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Azevedo reafirmou que não haveria organização escolar que se mantivesse sem que o problema da formação de professores houvesse sido resolvido, asseverando que “educar ou ensinar é ‘dar-se’ de si mesmo”, e que somente o professor preparado poderia ter êxito em sua função.

Em seu livro *Novos Caminhos e Novos Fins*, Azevedo (1932) reitera que os fins propostos pela reforma implicariam em uma revisão dos métodos pedagógicos até então utilizados pelo professorado, como aponta neste trecho:

[...] O ponto de partida, na escola nova, é sempre a observação. É um princípio essencial. O professor começará a ensinar o aluno a “observar”, pondo-o em contato constante com as coisas e os fatos, e despertando-lhe o sentido e desenvolvendo-lhe a capacidade de observação. As excursões escolares (a fábricas, a oficinas, aos jardins botânicos, à lavoura, etc.), os museus, e o cinema educativo, constituem outros tantos meios de abrir à atividade inquieta do aluno novos campos de observação. Aprender a ver, a observar é a arte de mais difícil aprendizagem e condição essencial a atividades inteligentemente orientadas. (AZEVEDO, 1932, p. 235).

No mesmo capítulo, o educador ressaltava a importância das matérias que constituem o curso primário serem ensinadas em conjunto, em torno dos “centros de interesse” (natureza, trabalho e sociedade), com o objetivo de despertar no aluno o entusiasmo necessário para a “sistematização dos conhecimentos adquiridos” e um dos fatores que mais contribuía para a formação do indivíduo era o envolvimento com a sociedade, por isso seria preciso a união da família e de pessoas habilitadas a organizar o aparelho escolar para que houvesse a “transmissão”. Assim,

Para Azevedo, todos os recursos colocados à disposição da escola, fruto do desenvolvimento tecnológico da sociedade moderna – em se tratando da primeira metade do século XX, os impressos, o rádio, o cinema e outros dispositivos audiovisuais – poderiam contribuir para uma melhor formação, significando o fim de uma escola limitada ao professor e ao aluno, a lousa e ao giz. Em outros termos, deveriam ser capazes de colaborar na construção de uma nova sociedade, democrática, forjada para assumir um perfil urbano e industrial. (BRITO; CARDOSO; OLIVEIRA, 2017, p. 103).

Os recursos referidos pelas autoras acima citadas, ganham, com Fernando de Azevedo, a denominação de instrumentos de trabalho que somados às bibliotecas, aos museus, às oficinas

de trabalhos manuais, de campo ou sala de jogos, têm a função de reorganizar e aparelhar a escola para que esta possa, como dizia o educador, “elevantar-se a altura de sua missão social”.

Outro ponto ao qual Fernando de Azevedo reclamava atenção era para o texto escolar e para a “influência que este exerceria no trabalho total da escola”. Segundo ele, dentro de uma perspectiva tradicional, o livro de texto – nome que Azevedo dava aos textos escolares utilizados na escola tradicional – era utilizado para regular as atividades cotidianas, sem respeitar os interesses da criança.

Nessa direção, em um discurso expresso no encerramento da Semana do Livro, na data de 28 de outubro de 1932, no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, contido no livro *A Educação e seus problemas*, Azevedo (1937) diferencia o livro de texto, cuja função é escravizar e regular as atividades do aluno no cotidiano da escola; do livro escolar, encarregado agora de ser um instrumento de trabalho do professor na Escola Nova, fomentando no aluno o interesse pela pesquisa, estimulando-o à reflexão e ao interesse sobre os mais variados assuntos.

O primeiro exercia uma “função uniformizadora, autoritária e absorvente”, que escravizaria o aluno a textos geralmente escritos pelos próprios professores, os quais são lidos por simples obrigação, provocando no aluno o “desamor” e até mesmo o “horror aos livros”.

Já o segundo, considerado um “elemento de cultura” pelo escolanovista, seria fonte de informações indispensável à rotina do educando, aquele que se procura quando o desejo é descansar, viajando pelo universo da leitura para o deleite, e que deve ser utilizado como ferramenta para atingir o aprendizado. Segundo o autor:

O livro de texto é o “centro”, em torno do qual gravita, tôdas as atividades escolares que se sucedem, na ordem de distribuição de matéria e segundo as suas sugestões metodológicas; o livro escolar é um “instrumento de trabalho”, na atividade total da escola, que se desenvolve sob o impulso e em torno da criança – o centro da gravidade da nova educação. Aquêlo o livro padrão, que se presume bastar-se a si mesmo, na sua função absorvente, uniformizadora e autoritária; êste, um “elemento de cultura”, que auxilia, completa e alarga a experiência que nos vem da observação direta e do trabalho. Dos olhos, da mão e da ferramenta [...]. (AZEVEDO, 1945, p. 201-202. Grifo do autor).

Azevedo conclui que, tendo o professor o texto escolar como instrumento de trabalho, as bibliotecas não seriam mais lugares “empoeirados e desertos” e sim, um espaço de convivência onde os “pequeninos leitores” desfrutassem de livros interessantes, despertando neles o “espírito crítico”, ampliando-lhes, conseqüentemente, o horizonte de expectativa, ressaltando que “o livro escolar é um ‘instrumento de trabalho’ na atividade total da escola, que se desenvolve sob o impulso e em torno da criança” e que este deveria ser entendido como

“obras de pensamento e sensibilidade”. Por isso deveria ser apropriado para cada idade contribuindo, assim, com a formação do indivíduo para a vida em sociedade.

Além do texto escolar, Azevedo (1945) destacava a importância de reorganizar e aparelhar a escola com museus, laboratórios, bibliotecas (fixas e circulantes), oficinas de trabalhos manuais e sala de jogos, cinema e rádio escola, desenvolvendo em cada criança que adentra o espaço escolar, as aptidões necessárias para a vida adulta.

### **A importância da literatura infantil para Fernando de Azevedo**

[...] O que é capaz de conquistar às crianças horas de repouso, para a leitura e o espetáculo; o que lhes galvaniza a resistência que opõem, por sua inquietude, mobilidade e tendência natural à distração; o que lhes desencadeia e mantém vivo o interesse e opera o milagre de uma atenção esperta e silenciosa, é toda e qualquer arte que não seja consciente demais, nem demais trabalhada e abstrata, e que, sendo algo de mais direto, brotando, viva e espontânea, de um pensamento poético, possa oferecer-lhe as possibilidades de descarga de seu potencial de curiosidade, surpresa e emoção [...]. (AZEVEDO, 1945, p. 224).

Para além dos fatos que estimularam o escolanovismo no Brasil, é importante dizer que houve nesse momento histórico, que data entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, um movimento significativo, partindo da burguesia, que impulsionou o mercado da literatura infantil. Em toda a Europa ocorreu uma intensa compilação de narrativas folclóricas, mais precisamente histórias populares contadas entre grupos de trabalhadores.

Como de costume, esses contos eram permeados por trechos picantes e voluptuosos que foram ceifados quando transformados em textos infantis, juntamente com as ilustrações produzidas com o intuito de tornar as narrativas mais atraentes para as crianças pertencentes à classe burguesa da época em questão. Já para as crianças pertencentes à classe trabalhadora, o tipo de literatura produzida possuía cunho bíblico e moralista, além das adaptações, muitas vezes ruins, da literatura universal, denominadas de traduções livres, cujos conteúdos eram ajustados de acordo com a realidade de cada lugar.

De acordo com Lajolo e Zilberman (1985, p. 21), a literatura infantil apareceu no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX, muito embora ao longo do século XIX reponte registrada aqui e ali, a notícia do aparecimento de uma ou outra obra destinada a crianças. Ainda de acordo com as autoras, foi após a implantação da Imprensa Régia, em 1808, que as atividades em torno da publicação de livros no Brasil foram iniciadas.

Considerado um produto da sociedade moderna por Fernando de Azevedo, o livro para crianças ou de literatura infantil apareceu em um momento em que a sociedade começava a se

organizar e a fazer uso de tecnologias modernas, no início do século XX, como por exemplo, o telégrafo, o rádio e o telefone, que tomaram o lugar das conversas e da contação de histórias, por assim dizer.

Foi, portanto, a partir desse interesse pela criança que surgiram os livros voltados especificamente para o público infantil. Segundo Azevedo (1937, p. 217), “é uma corrente contínua que borbulha por toda a parte em que a uma quantidade enorme de livros, se misturam algumas joias literárias e pequeninas obras primas”. Conversando com o pensamento de Fernando de Azevedo, Lajolo e Zilberman (1985, p. 23) apontam:

Decorrente dessa acelerada urbanização que se deu entre o fim do século XIX e o começo do XX, o momento se torna propício para o aparecimento da literatura infantil. Gestam-se aí as massas urbanas que, além de consumidoras de produtos industrializados, vão constituindo os diferentes públicos, para os quais se destinam os diversos tipos de publicações feitos por aqui: as sofisticadas revistas femininas, os romances ligeiros, o material escolar, os livros para crianças.

Diante de todo o contexto social e cultural já mencionado (urbanização e modernização do país), alguns segmentos da sociedade, entre eles os educadores, começaram a pensar em como estruturar uma literatura infantil tipicamente brasileira.

Fernando de Azevedo caminhava neste mesmo sentido, considerando a universalidade e a obrigatoriedade da educação primária, que no Brasil se estendia dos 7 aos 12 anos de idade, como um dos poderosos impulsos dados às atividades literárias em desenvolvimento.

[...] Sendo diferentes as necessidades desse novo público ou grupo social, são e tinham de ser forçosamente dos mais diversos tipos e graus os livros de crianças que se destinam aos diferentes setores em que se reparte o público da infância e da primeira adolescência [...]. (AZEVEDO, 1945, p. 218).

Com o aumento de consumidores, automaticamente se alargariam a escrita de livros infantis, segundo Azevedo. Haveria uma produção volumosa e ao mesmo tempo diversificada, tanto para as crianças que vivem nos centros urbanos, quanto para as existentes na zona rural. Todo esse movimento em torno do livro infantil, no entanto, favoreceria, além das produções originais e valiosas, o “surto de uma literatura banal, vulgar e insuportável, quer pela escassez de escritores de verdade [...] quer pela suposição ilusória de ser fácil escrever para crianças” (AZEVEDO, 1945, p. 221).

Com essas palavras, o autor teceu uma crítica à literatura infantil produzida por parte de alguns escritores, com baixo teor de qualidade, alegando que estes, por não possuírem um

público adulto que admirasse e adquirisse suas obras, assim o faziam porque a criança não tem propriedade para selecionar o que lê.

Diante das discussões acaloradas do educador em torno da produção literária infantil, Azevedo (1945) fazia alusão a vários escritores competentes como Lúcia Machado de Almeida, Mário Pederneiras e Henrique Lisboa e enfatizava quem considera “o maior de todos eles”: Monteiro Lobato e uma de suas obras, intitulada “Reinações de Narizinho”.

Para ele a literatura - criada a partir de experiências vistas e sofridas - seria a cumulação destas e a fixação de aspectos que envolvessem a vida real e que despertassem a sensibilidade, o pensamento e a reflexão. Sendo assim, quando bem escritos, respeitando a idade do público a que se destina, os livros de literatura infantil possuiriam o papel de contribuir para a união entre a escola e a vida, exercendo influência decisiva na formação das novas gerações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvidas quanto à luta de Fernando de Azevedo para que a educação brasileira alcançasse os patamares mais altos de desenvolvimento. Nem da clareza que ele tinha da importância dos textos escolares e dos livros de literatura, na formação do indivíduo rumo a uma sociedade em transformação, naquele momento histórico.

No entanto, com base nos livros utilizados nesta pesquisa, tanto aqueles que foram escritos pelo próprio Azevedo, quanto o restante da bibliografia utilizada (base teórica e fontes secundárias), foi possível observar que existem algumas contradições acerca da proposta de organização do trabalho didático de Fernando de Azevedo, já que o escolanovista, dentro do seu viés liberal, acreditava que a política e a visão - à frente do seu tempo, dizia o educador - das elites que dirigiam o país, poderiam diminuir, ou até acabar, com os entraves que impediam a democratização do ensino no país, o que sabemos não ser possível sem que haja uma transformação radical do capitalismo.

Mesmo assim, em se tratando das críticas que o educador teceu quanto à valorização da literatura infantil, além de chamar a atenção para as histórias bem escritas, que respeitassem a idade e o desenvolvimento daqueles a quem eram dirigidas, não se pode deixar de considerar a importante contribuição do autor para a educação brasileira, tanto naquele momento quanto para os dias atuais: ainda hoje encontramos as mesmas bibliotecas empoeiradas que foram alvo das mais íntimas e calorosas considerações de Fernando de Azevedo, sendo raras as exceções.

Quanto às questões elencadas no início do artigo, que versam sobre a importância do texto escolar e da literatura infantil e das contribuições desses instrumentos para a educação

primária brasileira, conclui-se que as críticas formuladas por Azevedo foram importantes por chamarem a atenção para um dos problemas mais atroz dentro da relação educativa da época em questão: o engessamento dos alunos aos livros de texto e à falta de sensibilidade dos escritores em criar histórias que elevassem o nível dos livros infantis. Por isso a exaltação aos escritos de Monteiro Lobato e tantos outros que conseguiam enxergar o público infantil como ingênuo, mas de forma alguma, tolo.

É imperioso dizer, por fim, que Fernando de Azevedo não trabalhou sozinho. Ele recebeu o estímulo de uma série de eventos que impulsionaram os vários segmentos da sociedade na busca por melhores condições de vida e de educação. Ao lado de Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros tantos, o educador fez jus ao jargão escolanovista que dizia que as grandes mudanças são realizadas coletivamente.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. **Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos**. Campinas: Autores Associados, 2015.

\_\_\_\_\_. Organização do trabalho didático: a questão conceitual. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 169-178, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17180/pdf>>. Acesso em 15 out. 2014.

AZEVEDO, F. de. **A educação e seus problemas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1945.

\_\_\_\_\_. **Novos caminhos e novos fins: a nova política da educação no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, [1932].

BRITO, S. H. A. de; CARDOSO, M. A; OLIVEIRA, R. G. de. Fernando de Azevedo: uma nova organização do trabalho didático para uma escola renovada (1927-1931). **Revista Histedbr On Line**, Unicamp, n. 71, p. 93-116, mar. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649861>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira – história e histórias**. 2.ed. São Paulo, Editora Ática, 1985.

LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.